

O projeto político oposicionista de Assis Brasil nas campanhas eleitorais de 1922 no Rio Grande do Sul

Pedro Paulo Lima Barbosa¹

RESUMO: O presente artigo procura analisar a atuação política oposicionista de Joaquim Francisco de Assis Brasil no Rio Grande do Sul no início da década de 1920 em oposição ao Partido Republicano Rio-grandense (PRR) e ao que seria o quinto mandato consecutivo de Borges de Medeiros. A atuação política de Assis Brasil, embora se colocasse na oposição, tinha um caráter conservador liberal que não se diferenciava como ele mesmo afirmava. Desta maneira, confrontamos o discurso de Assis Brasil, principalmente seus escritos políticos com a sua prática política, vinculando-os à explicação de sua candidatura ao governo do Rio Grande do Sul em 1922, capitaneando a oposição a Borges de Medeiros.
PALAVRAS-CHAVES: Assis Brasil. Oposição política. Rio Grande do Sul.

ABSTRACT: THE POLITICAL PROJECT OPPOSITIONIST OF THE ASSIS BRASIL DURING ELECTORAL CAMPAIGN IN 1922 IN THE RIO GRANDE DO SUL

This article analyzes the opposition political activity of Joaquim Francisco de Assis Brazil in Rio Grande do Sul in the early 1920s in opposition to the Partido Republicano Rio-grandense (PRR). The Assis Brasil's political action, although stand in the opposition, had a liberal conservative character that was no different as he claimed. In this way, we confronts the speech Assis Brazil, especially his political writings with their political practice, linking them to the explanation of his candidacy to the Rio Grande do Sul government in 1922, spearheading the opposition to Borges de Medeiros.

KEYWORDS: Assis Brasil. Political opposition. Rio Grande do Sul.

Introdução

Na Primeira República no Brasil (1889-1930), no Rio Grande do Sul houve forte oposição ao partido político que estava no poder, o Partido Republicano Rio-grandense (PRR). Seus opositores, capaz de pegar em armas para defender seus ideais políticos, viu na figura de Joaquim Francisco de Assis Brasil um líder que aglutinava as forças políticas oposicionistas.

¹ Doutorando em História Social pelo Programa de Pós-graduação em História (UNESP/Campus de Assis). É professor do curso de História na Faculdade Santa Izildinha (FIESI/UNIESP) Rua Mimas, 99, São Mateus, São Paulo/SP, CEP 08330-485, E-mail: pplbarbosa@gmail.com.

Chimangos e maragatos² dominaram a cena política sul-rio-grandense. Esta situação, em um momento em que os conflitos políticos se refletiam nos interesses estaduais de rivalidade política, segundo o economista Pedro Cezar Dutra Fonseca, ia:

(...) ao encontro dos interesses paulistas e mineiros” da época, pois ter uma divisão política enfraquecia politicamente o RS ao fazer valer seus interesses agropastoris frente à Federação e, principalmente, em relação a São Paulo e a Minas Gerais, que apresentavam força política coesa. (FONSECA, 1983, p. 21).

Este processo de oposição política que se estabeleceu no Rio Grande do Sul desde o início da República, em princípio liderado por Silveira Martins e depois por Joaquim Francisco de Assis Brasil, caracterizou-se como conservador-liberal e não se tratou apenas de uma oposição ideológica ou de grupos familiares. Houve, à época, elementos, como por exemplo, econômico, político além de fatores ideológicos que fizeram parte da oposição ao PRR.

A bipolarização político-partidária existente no Rio Grande do Sul não deve ser, contudo, analisada enquanto fator de fragilidade deste estado em relação aos outros dois grandes do período, São Paulo e Minas Gerais, ou diante da Federação. Embora houvesse uma polarização política, esta se tornou elemento essencial, na década de 1920, aos gaúchos para a formação de um pensamento conservador autoritário³ que via na atuação do

² O termo “chimango” ou “pica-paus” é utilizado na tradição gaúcha para se referir, de forma pejorativa, à denominação política dos republicanos ligados ao PRR de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros. Estes, à época, tinham como símbolo identitário um lenço amarrado no pescoço de cor branca. O termo “maragato” era utilizado com a finalidade de identificar os políticos ligados a Gaspar da Silveira Martins, que fora exilado e, enquanto tal permaneceu na região uruguaia colonizada por pessoas originárias da Maragateria, Espanha. Com sentido negativo, este termo procurava ligar a identidade dos seguidores de Silveira Martins a valores “estrangeiros” em detrimento aos nacionais, isto é, republicano. Como símbolo, os maragatos utilizavam lenço vermelho. Quando utilizado neste trabalho, o termo maragato terá um sentido mais amplo, não se restringindo apenas às pessoas ligadas a Silveira Martins, mas sim a toda oposição ao PRR.

³ Utilizamos aqui deste termo no sentido em que a historiadora Ângela Maria de Castro Gomes o emprega em seu texto “Autoritarismo e corporativismo no Brasil: o legado de Vargas”. (Cf. GOMES, Ângela Maria de Castro Gomes. Autoritarismo e corporativismo no Brasil: o legado de Vargas. In: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *A Era Vargas: desenvolvimento, economia e sociedade*. São Paulo: Ed. UNESP, 2012. p. 69-92.

Estado uma forma eficaz de alavancar o país em seu campo econômico e social⁴.

Na literatura concernente à luta política no Rio Grande do Sul, houve, grosso modo, duas tendências analíticas. A primeira coloca que as disputas político-partidárias no estado se deram em função das dissensões políticas relacionadas às divergências do tipo de desenvolvimento econômico que se deu no estado, ou seja, para uma parcela de analistas, as rivalidades que existiram no RS, ao longo de toda a Primeira República, foram devido ao modelo econômico de desenvolvimento advogado pelo PRR⁵. A segunda tendência procura compreender as dissensões políticas ligadas a fatores políticos e não econômicos. Embora houvesse divergência na maneira de se conduzir a economia entre as elites políticas sul-rio-grandenses, os principais fatores do dissentimento entre ambas as correntes estariam ligados às questões políticas e não à questão econômica⁶.

O ano de 1922 marcou o início de novos ares políticos no país. Não obstante a esta atmosfera política em transformações, vários eventos ocorridos nesta data representaram, juntos, um momento de contestação política por parte de diversos segmentos da sociedade, frente à nova realidade que se apresentava na época, a saber: a criação do Partido Comunista no Brasil, a Semana de Arte Moderna, o movimento tenentista, entre outros. (FERREIRA, 1993, p. 10; FAUSTO, 1972, p. 29, 30).

Destarte, para uma melhor compreensão dos acontecimentos políticos do Rio Grande do Sul é importante que os relacionemos à atmosfera da época, enquadrando-os a um momento de contestação da ordem política que, embora nova, não quer dizer, porém, que era completamente distinta das anteriores.

A segunda geração de políticos castilhistas, como ficou conhecido Getúlio Vargas e seu grupo que chegou ao poder pela Revolução de 1930, possuía um projeto conservador

⁴ Sobre a situação política no RS, a cientista política Maria do Carmo Campello de Souza fez o seguinte comentário: “(...) essa bipolarização partidária firmava a coesão e disciplina interpartidária necessária à manutenção do poder no convulso Estado gaúcho. A união partidária e a peculiar Constituição rio-grandense que permitia a reeleição do presidente do Estado indefinidamente garantiram o controle do governo estadual pelo Partido Republicano, primeiramente com Júlio de Castilhos, seguido de Borges de Medeiros e Getúlio Vargas até o fim da Primeira República (...) A disciplina partidária permitia ainda que os republicanos desfrutassem de posição invejável no cenário federal. Possuíam uma bancada unida em torno de um representante de todo o partido, o qual não era vulnerável a possíveis lutas intrapartidárias (comuns em São Paulo e Minas). Os líderes paulistas e mineiros, embora o fossem em nome da situação estatal na sua totalidade, estavam sujeitos, enquanto filiados a uma facção específica dentro do partido, aos sabores da luta interna intrapartidária em seus Estados.” (SOUZA, 1982, p. 187, 188).

⁵ Entre os principais representantes desta tendência podemos citar Ferreira Filho (1960), Ferreira Filho (1973), Love (1975), Antonacci (1981) e Fonseca (1983).

⁶ Sobre esta tendência analítica, consultar: Souza (1982) e Trindade (1993).

autoritário que germinou na Primeira República, mas se desenvolveria de forma sistematizada apenas pós-ascensão ao poder por este grupo.

Desta maneira, a clivagem político-ideológica que ocorreu praticamente ao longo de toda a Primeira República no Rio Grande do Sul foi importante para o estabelecimento, no grupo castilhista-borgista, de um *projeto político democrático-autoritário*, e que seria implementado pelo Estado Vargas. Entretanto, não consideramos que ele ocorreu na Primeira República. Todavia, é neste período que ele se formou mediante a oposição enfrentada pela “geração de 1907”, no decorrer de sua formação política, no estado sulista⁷.

Para demonstrarmos as divergências bem como as aproximações entre o PRR e seus opositores, optamos em trazer à baila um momento crítico da política do estado do RS em que seu presidente, Borges de Medeiros, pleiteava sua quinta eleição⁸.

À época, como oposição a reeleição de Medeiros, criou-se no estado um grupo de opositores capitaneados por Assis Brasil, pois este representava uma posição intermediária entre o parlamentarismo e o presidencialismo sob influência positivista, ou seja, Assis Brasil apresentava uma postura conservadora liberal.

O que teria levado a unificação da oposição na candidatura de Assis Brasil? Em um dos trabalhos mais completos sobre este momento histórico do Rio Grande do Sul, a historiadora Maria Antonieta Antonacci aponta, em seu livro “RS: as oposições & a revolução de 1923”, como fator explicativo da unificação das oposições, a quinta eleição de Borges de Medeiros como desdobramento da crise agropastoril que o estado passava no

⁷ O cientista político Hélgio Trindade, no que toca às divergências político-partidárias sul-rio-grandense, fez a seguinte observação: “(...) a permanência da clivagem político-ideológica ao longo de quase meio século de história política. Esta diferenciação se traduz na configuração de dois modelos políticos conservadores, ambos assentados na estrutura de dominação tradicional, mas que possuem como elemento permanente e característico o conflito entre dois modelos de organização do sistema político: a república liberal versus a república autoritária.” (TRINDADE, 1993, p. 122) Como se observa, diferentemente de nós, este autor considera a existência de dois grupos políticos distintos no Rio Grande do Sul. Acreditamos, porém que, embora houvesse pontos cruciais de divergências político-ideológico entre os políticos sul-rio-grandenses, havia também pontos que os aproximavam e que com isto contribuíram para a formação e desenvolvimento no PRR de um pensamento democrático-autoritário pós 1930.

⁸ Antônio Augusto Borges de Medeiros presidiu o estado do Rio Grande do Sul nos seguintes quinquênios: 1898-1903, 1903-1908, 1913-1918, 1918-1923 e 1923-1928. De 1908 a 1913 o estado do RS foi presidido pelo médico e líder político do PRR, Carlos Barbosa, que, na época, foi amplamente apoiado por uma leva de jovens políticos que se iniciava neste campo a partir da criação do Bloco Acadêmico Castilhista. Fazia parte deste grupo Getúlio Vargas, João Neves da Fontoura, Mauricio Cardoso, Gaspar Dutra, Góes Monteiro, César Obino, entre outros. (ROCHA, 1995, p. 60, 66) Um trabalho de fôlego concernente à atuação destes jovens estudantes na campanha de Carlos Barbosa pode ser encontrado no estudo de mestrado de Sílvia Bertol (1993).

pós-guerra, bem como a maneira a qual o PRR a enfrentava⁹.

Desta maneira, em uma explicação que considera como fator preponderante a elucidação das oposições ao PRR na década de 1920, encontramos seus principais elementos na área econômica, ou seja, na remodelação da economia estadual no sentido de desenvolvê-la.

Se considerarmos, porém, apenas os fatores ligados à crise econômica regional a qual passava o estado do Rio Grande do Sul, naquele momento histórico, a teremos como fator causal determinante da unificação das oposições em torno do nome de Assis Brasil devido ao fato deste ser considerado a pessoa capaz de unir dissidentes do PRR e republicanos parlamentaristas, nas eleições contra Borges de Medeiros. Contudo, é necessário buscar compreender esta união política não apenas enquanto causa exógena à própria dinâmica política estadual.

Assim, o que propomos aqui neste artigo é buscar uma explicação à oposição ao PRR capitaneada por Assis Brasil, dentro da própria dinâmica política estadual. A unificação das oposições em torno deste político, em nosso entender, não pode ser atribuída apenas a fatores mecanicistas ou economicista.

A política desenvolvida por Assis Brasil representava aos maragatos históricos um caráter conservador-liberal que, desde o início da República, se colocava em oposição a Júlio de Castilhos organizada em torno da União Nacional e do Partido Republicano Federal.

A União Nacional, formada em 8 de julho de 1890¹⁰, tinha como objetivos, segundo um contemporâneo da época:

(...) reunir esforços em prol da ordem, da liberdade e da integridade nacional, vivendo com o povo e para o povo e nada mais. Sem compromisso com o governo, propunha-se a manter completa independência de ação, fiscalizando os atos do governo com plena liberdade; sem prevenções partidárias, não era um partido que viesse disputar a outro partido a preeminência da opinião pública ou

⁹ Sobre as razões da unificação da oposição, Antonacci afirmou: “As oposições rio-grandenses, divididas em grupos partidários da classe dominante, articularam-se politicamente a partir da atitude do governo de Borges de Medeiros (PRR) frente aos problemas desencadeados no RS pela crise econômica do pós-guerra. A crise mundial de 1921 provocara a queda drástica dos preços dos produtos agrícolas e pastoris, a elevação dos preços de todos os gêneros importados e a retração dos créditos. Tornando-se frequentes as notícias de falências e execuções judiciais de criadores advindo do fechamento de pequenas fábricas rio-grandenses. O não atendimento, por parte dos poderes públicos, dos problemas acarretados ao RS pela crise econômica de 1921, impeliu grupos da classe dominante gaúcha alijada do aparelho estatal à arrematamento política. Em torno da organização do estado no RS, principalmente das funções e relações do estado com os grupos sociais, concentraram-se as atenções.” (ANTONACCI, 1981, p. 10,11).

¹⁰ Segundo Joaquim Luís Osório (1992 [1930], p. 45, 47), a União Nacional teve uma vida efêmera, durando, aproximadamente, um ano. Dissidente do PRR, a União tinha o jornal “A Reforma” como veículo de propaganda político-ideológica.

na posse do oficialismo; era um conjunto de partidos, *podendo formar nessa aliança os cidadãos desagregados dos partidos existentes; aceitava*, porém, toda a solidariedade com o governo nos casos em que ela fosse impreterível para a garantia da ordem, liberdade e integridade nacional (OSÓRIO, 1992 [1930], p. 45. Grifo nosso).

A União Nacional possuía amplo aspecto político capaz de aglutinar políticos de diversas tendências ideológicas que se colocavam contrários ao PRR ou até mesmo seus dissidentes que encontrariam nesta agremiação partidária uma ‘bandeira’ com quem poderiam unir forças contra um inimigo comum. Seu programa político girava em torno das questões vinculadas às liberdades: política, religiosa e civil, bem como da descentralização política e administrativa dos estados e da Federação. Para tanto, defendia o restabelecimento do regime parlamentarista no país.

Por seu turno, o Partido Republicano Federal¹¹, criado em 23 de abril de 1891 e, semelhantemente a União Nacional, convergia em suas fileiras tanto liberais, ‘órfãos’ da monarquia, quanto dissidentes peerremista. Deste modo, devido a sua heterogeneidade partidária, este partido teve vida curta. Contudo, há que se ressaltar que desde o início da República no Rio Grande do Sul havia tentativas, ainda que infrutíferas, devido ao momento histórico e às clivagens político-ideológica, de unirem os dissidentes em um partido capaz de enfrentar o PRR¹².

Outro ponto que teve destaque enquanto fator de aglutinação em relação à Assis Brasil foi o aumento significativo das fraudes eleitorais. Na época, eram constantes as denúncias de fraudes eleitorais bem como o emprego da violência por motivação política. (TRINDADE, 1993, p. 154; FAUSTO, 1972, p. 27 e segs.; VISCARDI, 2012, p. 285 e segs.; LOVE, 1975, p. 123-127).

¹¹ O Partido Republicano Federal tinha no jornal *O Rio Grande* como meio de propagar suas ideias e ideais partidários. Em relação a seu programa partidário, este partido defendia, entre outros pontos, a liberdade de culto, a secularização dos cemitérios, liberdade de expressão, liberdade industrial, autonomia do poder dos municípios em relação ao estado, ou seja, o Partido Republicano Federal apresentava uma agenda política de caráter liberal. (OSÓRIO, 1992 [1930], p. 55, 56).

¹² Sobre estas tentativas de união partidária, Hégio Trindade fez a seguinte afirmação: “Entretanto, não se pode esquecer que as tentativas de unificação entre os dissidentes e liberais gasparistas foram várias. No início da República, em 1890, o instrumento era precário, mas ofereceu o primeiro leito capaz de aglutinar as duas tradições político-ideológicas de oposição através da coalizão que se denominou União Nacional. Mais tarde, com a constituição do Partido Republicano Federal, por iniciativa dos dissidentes, a convergência dá-se não apenas em termos de uma aliança política, mas, de forma mais rígida, por meio de uma estrutura partidária.” (TRINDADE, 1993, p. 152, 153).

Amaro Juvenal¹³, crítico da política sul-rio-grandense, escreveu “Antônio Chimango”, que foi publicado pela primeira vez em 1915, pouco tempo antes de sua morte. Neste livro, o autor fez críticas contundentes à política do PRR e a seu principal líder de então, Borges de Medeiros.

Classificado como poesia campestre, “Antônio Chimango” é uma sátira aos fatos políticos ocorridos, na época, no RS. Por meio de sua personagem principal, Antônio Chimango, Amaro Juvenal reconstruiu a história biográfica de Borges de Medeiros, o qual é caricaturado enquanto protagonista da história na figura de Chimango, insaciável pelo poder e que só fora escolhido como sucessor de Júlio de Castilhos por ser um “coronel burocrata”.

Sei que tu és maturrango,
Porém, dou-te a preferência.
Nisto está minha ciência,
Escolhendo-te entre outros;
Eles sabem domar potros,
Mas, tu tens a obediência.

Toda a minha gente é boa
Prá parar bem um rodeio,
Boa e fiel, já ló creio,
Mas, eu procuro um mansinho,
Que não levante o focinho
Quando eu for meter-le o freio.

Quero que me sirvas bem
E não me estragues o povo
És ainda muito novo,
Pode que te desconheçam,
Pra que todos te obedeçam
Eu te vou pôr um retovo

O retovo são conselhos e normas de proceder,
Que tu precisas saber
E conhecer bem a fundo.
Todos vivem neste mundo,
Mas, poucos sabem viver

Eu podia tomar outro
Pra encarregar das prebendas;
Mas, para evitar contendas
E que briguem por engodos,
Pego o mais fraco de todos;
E assim quero que m'intendas.
(JUVENAL, 1999 [1915], p. 62, 63. Grifo nosso).

¹³ Amaro Juvenal era o pseudônimo utilizado por Ramiro Fortes de Barcellos, médico e professor da faculdade de medicina em Porto Alegre. Ao longo de sua vida, além de destacar-se na medicina, conseguiu êxito na literatura, escrevendo poemas. No início do período republicano, foi redator do jornal *A Federação*, porta voz do PRR, partido ao qual fazia parte antes de romper com Borges de Medeiros e tornar-se forte opositor a ele e a seus correligionários.

A escolha de Borges de Medeiros por Júlio de Castilhos, segundo Amaro Juvenal, não dizia respeito às suas qualidades enquanto político, mas sim a sua capacidade de obediência às normas positivistas tão caras ao estado e que foram implementadas por Castilhos. Apesar de exageradas as afirmações de Juvenal quanto à obediência “mansinha” de Borges de Medeiros em relação ao “retovo” do partido, isto é, aos conselhos, às normas e às ordens do partido.

À época, no estado do Rio Grande do Sul, mais importante do que o capital econômico ou social, que o coronel pudesse ter, era certa obediência às normas partidárias positivistas criadas por Júlio de Castilhos no estado. Assim, esta figura mansa, submissa, caberia muito bem a Borges de Medeiros. Político, que para Juvenal, era um:

Velho gaúcho – Insaciável
De fazer aos mandões guerra,
Nestas páginas encerra
Por um pendor invencível –
Seu amor – Incorrigível
Às tradições desta terra.
(JUVENAL, 1999 [1915], p. 21).

Era, então, contra este “velho gaúcho”, “insaciável” pelo poder, que a maior oposição política se levantara, para impedir o que seria seu quinto mandato presidencial¹⁴ no Rio Grande do Sul, sobre a liderança de Assis Brasil, em 1922. Entretanto, há que se ressaltar que este não foi o primeiro nome a ser cogitado para o pleito. Antes dele, o do Deputado Federal Carlos Maximiliano.

Maximiliano foi, em princípio, cogitado como líder dos opositores sul-rio-grandenses pelo chefe do grupo do federalismo, Raphael Cabeda. Contudo, com a morte deste, sua indicação à candidatura da presidência do estado ficou enfraquecida, devido a seu baixo capital político que, à época, seria incapaz de arregimentar maior adesão a sua candidatura.

Ao mesmo tempo em que enfraquecia a arregimentação em torno de Maximiliano, aos poucos, crescia a coalizão em torno do nome de Assis Brasil. A partir de 22 de julho de 1922, surgia no horizonte políticos do Rio Grande do Sul o nome de Assis Brasil, articulada, principalmente por Raúl Pilla e Alves Valença, representantes do Partido Federalista.

Contemporâneo da época, opositor do PRR e, principalmente, de Borges de Medeiros, Mem de Sá, fez o seguinte comentário sobre as articulações de Assis Brasil como opositor a Borges de Medeiros:

¹⁴ Durante a Primeira República, o cargo de governador de estado era denominado como presidente.

Dentro de tal quadro, a nova reeleição de Borges de Medeiros fez levantar no Rio Grande uma onda desmedida de protestos e repúdios. Os federalistas, sozinhos, nada poderiam fazer, por falta de eleitorado, mas a eles se juntava, diretamente, a massa de adesões ou de pessoas apartidárias, ou mesmo de republicanos descontentes. Faltava, apenas, um grande nome para agremiar estas correntes, já que, pela Constituição, o Sr. Borges de Medeiros precisava 'merecer o sufrágio de $\frac{3}{4}$ partes do eleitorado' para reeleger-se. Este nome existia e nenhum outro apresentava maiores credenciais. Era Joaquim Francisco de Assis Brasil. Republicano histórico cunhado de Castilhos, deputado, embaixador em Portugal e Ministro na Argentina e Estados Unidos [sic], onde foi substituído por Joaquim Nabuco. (SÁ, 1973, p. 50, 51).

Nesta luta política que ocorreu dentro do grupo oposicionista do Rio Grande do Sul, estão presentes os embates pelo monopólio da manipulação legítima de bens políticos, isto é, a confiança que eleitorado tinha na figura de Assis Brasil, a maneira a qual este representava seus eleitores, bem como sua influência dentro e fora do partido político. Destarte, as ações políticas assistidas passariam a se refletirem no intuito de reproduzir o aparelho do Estado capaz de garantir não apenas a ele, mas a todos que ele representava em sua coalizão, sua reprodução legítima¹⁵.

É interessante destacar que Assis Brasil tinha consciência das dificuldades ao ser escolhido líder da oposição ao PRR e, principalmente, que sua arregimentação não se tratava de um partido político tal como ele considerava e como seus opositores o lembravam, seria difícil para ele, ao longo de sua campanha, defender uma coalizão política formada por políticos cujo ideal era, muitas vezes, bem divergentes.

Assim, sua candidatura à presidência do estado do Rio Grande do Sul foi lançada oficialmente em outubro de 1922 e, por se tratar de uma coalizão, não seria possível Assis Brasil lançar uma plataforma política. Sua base política de apoio esteve ligada a três grupos distintos. O primeiro deles, os democratas, estava ligado ao Partido Republicano Democrático, que foi fundado em 20 de setembro de 1908, sob a liderança de Fernando Abbott e tinha como redator de seu programa o próprio Assis Brasil.

Seu programa político tinha como principais pontos: reforma do ensino estadual, tanto o de base quanto o superior; desenvolver a policultura no estado; melhorar o regime tributário estadual no sentido de se evitar a falência de jovens empresas no estado; reorganizar o poder judiciário estadual tornando-o totalmente independente do poder Executivo estadual; modificar a legislação eleitoral do estado adequando-a a da Federação; garantir maior autonomia aos municípios sem que estes se tornassem tão dependentes do estado tal como ocorria; entre outros. (OSÓRIO, 1992 [1930], p. 127, 128).

¹⁵ Sobre as ações dos políticos na reprodução de seu capital político, Pierre Bourdieu argumentou que: “Uma grande parte das ações realizadas pelos políticos não tem outra função que a de reproduzir o aparelho e de reproduzir os políticos ao reproduzir o aparelho que lhes assegura a reprodução.” (BOURDIEU, 2011, p. 205).

A segunda base de apoio à candidatura de Assis Brasil era formada pelos novos dissidentes do PRR ligados a Pinheiro Machado e a Menna Barreto, principalmente. Por fim, a terceira base de apoio a Assis Brasil era formada pelos federalistas. (TRINDADE, 1993, p. 161).

Embora tão divergentes a coalizão política em torno do nome de Assis Brasil tinha uma propriedade em comum: seus membros tinham como característica coletiva um ideal de caráter liberal que marcou o grupo assisista.

O projeto político oposicionista no Rio Grande do Sul

A candidatura oposicionista de Assis Brasil à presidência do estado do RS foi marcada pelas divergências de ideais político-partidários, principalmente entre federalistas e democráticos. Seus discursos e posicionamento políticos, entretanto, foram assinalados por suas crenças e convicções que estiveram presentes desde o início de sua trajetória política, no final do século XIX¹⁶.

Na visão de Assis Brasil, não era possível dissociar o homem político de seus eleitores. “O homem público”, dizia ele, “(...) deve aos seus concidadãos escrupulosa conta das opiniões que professa e dos atos que pratica.” (ASSIS BRASIL, 1989, p. 229. Vol. 3).

Sua militância nas fileiras de um liberalismo conservador¹⁷ marcou suas ações críticas de forma contrária à formação também autoritária conservadora, de caráter positivista, existente no Rio Grande do Sul desde o início da República. Os escritos políticos de Assis Brasil eram capazes, segundo a cientista política Cristina Buarque de Hollanda, de aproximar o campo do político às experiências do vivido na sociedade. (HOLLANDA, 2009, p. 225).

¹⁶ Foi no final do século XIX e início do XX que Assis Brasil escreveu a maior parte de seus livros nos quais externava seu posicionamento político-partidário. Entretanto, não queremos dizer que ele, ao longo de sua vida política, não tivesse se posicionado frente aos problemas de sua época. No sentido de acompanhar sua campanha política, entre 1922 e 1923, para a presidência do estado, nos utilizamos de seus principais escritos políticos deste período, os quais foram: “Democracia representativa: do voto e da maneira de votar”, publicado pela primeira vez em 1893, “Do governo presidencial na república brasileira”, com edição de 1896 e “Dictadura, parlamentarismo, democracia (Discurso pronunciado no Congresso do Partido Republicano Democrático, aberto a 20 de setembro de 1908, na cidade de Santa Maria)”, publicado em 1908.

¹⁷ Em importante trabalho sobre as representações políticas no Brasil, ao longo da Primeira República e dos anos iniciais da Era Vargas, a cientista política Cristina Buarque de Hollanda argumenta que embora fosse um crítico do positivismo em seu estado, Assis Brasil, em seu *habitus* político, teve inegável influência das ideias de August Comte. Diz a autora: “Assis Brasil, tal como Rui Barbosa, costuma ser descrito como um político tipicamente liberal. Todavia, não são escassas as influências positivistas e realistas no seu pensamento. A despeito da crítica aberta ao sistema de ideias de Comte e, por extensão, de Júlio de Castilhos – de quem se tornou rival político por desacordo sobre o bom uso da autoridade de governo – há sinais claros de permanência do positivismo na sua reflexão política.” (HOLLANDA, 2009, p. 226. Grifo nosso).

Embora fosse considerado castilhista, desde o início da República, quando Júlio de Castilhos assumiu o poder no Rio Grande do Sul, implantando um governo autoritário positivista, Assis Brasil, ao longo de toda a sua trajetória política, negava, peremptoriamente, tal ligação política.

Em carta aberta à população de seu estado natal, na qual procurava explicar os acontecimentos políticos sul-rio-grandenses ao mesmo tempo em que buscava responder às críticas feitas pelos membros do PRR, bem como dos opositores deste partido, Assis Brasil deixava claro seu posicionamento contrário a este partido e ao seu líder, Júlio de Castilhos. Como ele esclarecia neste texto, o que havia no campo da política entre ambos era um respeito mútuo e uma amizade ligada, principalmente, por laços familiares de parentescos¹⁸.

Assis Brasil e Júlio de Castilhos foram amigos durante a juventude e nos anos iniciais dos estudos universitários, realizados na Faculdade de Direito “Largo São Francisco”, em São Paulo, a ponto daquele considerar Júlio de Castilhos “amigo íntimo” por “ter fé em seu caráter” e nos valores defendidos por este ao longo da vida estudantil e política. Esta amizade, porém modificou-se totalmente a partir do momento em que Castilhos ascendeu ao poder estadual no início do período republicano. Embora o considerando amigo, Assis Brasil tinha um posicionamento, diametralmente oposto a Júlio de Castilhos no que tange às questões políticas: “Bem que fossemos amigos, estávamos separados em matéria política e tão profundamente, quanto eu discordava ao mesmo tempo das *suas ideias e do seu procedimento.*” (ASSIS BRASIL, 1989, p. 233, 236. Vol. 3. Grifo nosso).

As divergências políticas entre Assis Brasil e Júlio de Castilhos, os tinham separado há muito tempo:

Eu desde muito estava politicamente separado do Dr. Castilhos.
Ele sabia disso tão bem como eu e todo o mundo.
Muitas vezes lhe expressei a minha discordância com a maior franqueza e precisão, a ele e a todos os seus amigos mais íntimos.
Ele sabia que *eu estava em desacordo com o seu procedimento e com a sua doutrina:* com o seu procedimento, desde a eleição a que se impôs o general

¹⁸ Os primeiros laços de amizade entre ambos foram formados no colégio “Fernando Ferreira Gomes”, em Porto Alegre-RS. À época, eles frequentavam os mesmos espaços de sociabilidade ao participarem do Grêmio Literário “Fraternidade-Escola” que publicava a revista “Aurora Literária”, na qual ambos escreviam. Eles, juntamente a Joaquim Pereira da Costa, fundaram na cidade de São Paulo, em 1879, o jornal de circulação quinzenal intitulado “A Evolução”, cujo temas tratados eram: defesa da República Federativa bem como estudar as questões literárias. Ademais, a primeira esposa de Assis Brasil, Maria Cecília Prates de Castilhos, era irmã de Júlio de Castilhos, com quem teve quatro filhos: Francisco, Maria Cecília, Joaquim e Carolina. (ROCHA, 1995, p. 39, 41, 50).

Deodoro e que deu em resultado a situação insustentável, puramente artificial, exclusivamente oficial, que se criou no Rio Grande; com a sua doutrina, desde que tive conhecimento da extravagante mistura de positivismo e demagogia contida no projeto de constituição para este estado, projeto de cuja redação eu também fora oficialmente encarregado, mas que foi exclusivamente composto pelo Dr. Castilhos, sem a minha colaboração, sem a minha assinatura, sem a minha responsabilidade. (ASSIS BRASIL, 1989, p. 230. Vol. 3. Grifo nosso).

Havia dois pontos essenciais às discordâncias que Assis Brasil tinha em relação a Júlio de Castilhos e ao PRR. A saber: seu procedimento no campo político e a sua doutrina. É interessante observar, também, que os pontos que levaram Assis Brasil a discordar politicamente de Castilhos no início da República e, conseqüentemente, do projeto político peerrista para o estado marcou suas ações políticas ao longo de toda a Primeira República e, principalmente, em sua campanha a presidencial em 1922.

No primeiro ponto de discordância, Assis Brasil lembrava a seus correligionários e a população do Rio Grande do Sul que aos procedimentos adotados por Júlio de Castilhos, embora defendesse a liberdade tal como o fazia, ele era contrário. Um momento em que se evidencia a divergência de posicionamento foi em relação ao golpe republicano que pôs fim ao período monárquico no país e implantou a República.

À época, Júlio de Castilhos defendeu o golpe dado por Deodoro da Fonseca em 15 de novembro de 1889 enquanto legítimo ato pela implantação da liberdade republicana no país. Diferentemente dele, Assis Brasil, embora também favorável à República, acreditava que o fim do período monárquico era tão natural quanto.

Eu opus a tudo as razões de que pude fazer uso no momento, no sentido de mostrar que o esperado manifesto não poderia em circunstância alguma justificar o golpe de estado, salvo o caso absurdo de se haver o Congresso feito agente da restauração monárquica; que o fato de os nossos amigos que estavam no Rio não se manifestarem era a prova mais cabal de que estavam contra o golpe de estado, pois, do contrário, teriam o telégrafo à sua disposição. Que, finalmente, o meio de evitar que os seus adversários tivessem preponderância era colocar-se à testa do movimento. (ASSIS BRASIL, 1989, p. 232. Vol. 3).

O fato de Júlio de Castilhos apoiar o golpe de Estado de Deodoro, ou seja, respaldar uma ditadura para ter seus fins alcançados e chegar ao poder no estado sulista seria, no compreender de Assis Brasil, o início da decadência política estadual, pois esta atitude era reprovada por Assis Brasil.

A eleição do general Deodoro, marca, a meu ver, o início do período de franca e prematura decadência da política republicana rio-grandense. Também daí data o princípio da minha separação do elemento diretor do partido, não digo do próprio partido, porque entendo que eu, bem como os que pensavam do mesmo modo,

era quem conservava a doutrina e as tradições e teorias e práticas dele. (ASSIS BRASIL, 1989, p. 240. Vol. 3).

O procedimento de apoiar uma ditadura, ainda que fosse por uma causa legítima, que era a derrubada do governo monárquico, resultaria no segundo ponto que culminaria no afastamento, aos poucos, de Assis Brasil até seu total desligamento do PRR. Na verdade, para Assis Brasil, não foi ele quem se afastou dos princípios defendidos tanto por ele quanto por Júlio de Castilhos, mas ao contrário. Em seu compreender, este, bem como seu partido, é quem teriam se afastado das propostas iniciais defendidas, a ponto de suas ideias não serem mais aceitas pelo grupo:

(...) eu comecei a observar que tudo o que ia dizer representava apenas o meu voto individual, que eu nem sequer recomendaria aos meus companheiros, porque, não tendo, desde muito tempo responsabilidade real na direção do nosso partido, não devia pretender aconselhá-lo. (ASSIS BRASIL, 1989, p. 240. Vol. 3).

No que tange ao segundo ponto de dissensão entre Assis Brasil e Júlio de Castilhos e que, de certa forma, deu a tônica da propaganda oposicionista em 1923, não foi doutrina positivista em si, mas sim a maneira a qual Júlio de Castilhos a colocou em prática via PRR. Para Assis Brasil, embora nunca tivesse se considerado defensor do positivismo, o problema central desta doutrina, em seu estado, teria sido seu caráter “demagógico” e seu “espírito de seita” utilizado pelos positivistas.

É preciso ter a gente alguma coragem para dizer que não é positivista por tal modo o espírito de seita, sendo servido pela ignorância fanática, costuma tratar mal aos que assim se pronunciam.

Pois bem, apesar de tudo, *eu direi que não sou positivista*. Poucos dos que, por isso, me não de chamar ignorante (e que sabe o que mais!) terão procurado mais do que eu conhecer pela leitura e pelo conselho de pessoas habilitadas a doutrina do imortal filósofo francês; tudo isso, porém, fez nascer no meu espírito, direi antes – no meu bom senso a crença de que só o pedantismo me poderia levar proclamar-me possuidor de uma escola que exige de quem a quer seguir e exercer – preparo científico, que eu não tenho e que sei que do mesmo modo falta a outros que não têm o mesmo escrúpulo que eu.

Neste país pouco se estuda, e nos países em que se estuda muito, a sabedoria quase só chega com a velhice; entretanto, não é raro que os nossos rapazes, ao saírem das escolas onde aprenderam rudimentos de ciência, meros conhecimentos elementares que apenas os habilitam a continuar a estudar mais facilmente por si, venham proclamando-se sábios e ignorantes a todos os que não têm as suas fraquezas.

De tudo quanto tenho podido aprender do método do filósofo francês, meu espírito sente-se inclinado a adotá-lo, e realmente não é outro o que eu procuro aplicar na solução das questões, mas daí a ser discípulo sistemático da escola vai grande distância.

A observação e a experiência, que são dois grandes elementos do saber positivo, são também o critério que me ilumina.

O que eu nego é que esse método, aplicado à sociedade atual, em que vivemos, dê como resultado coisa parecida com a constituição que foi votada para o Rio Grande do Sul.

Eu penso que o governo de que nós precisamos é o que mais se coaduna com as atuais exigências da opinião pública. Por mais belas, por mais abstratamente lógicas que sejam as teorias, elas são inócuas, senão prejudiciais, quando impostas a uma sociedade que as repele naturalmente.

(...)

É próprio da intolerância das seitas, principalmente quando servidas por sacerdotes incompetentes, tomar horror a palavras. É assim que entre certos beatos não se emprega a palavra – diabo – e que entre alguns *soi-disants* positivistas não se pode falar em *democracia*. (ASSIS BRASIL, 1989, p. 244, 245. Vol. 3. Grifo nosso).

Como se observa seu autor não se considerava positivista. Não no sentido em que muitos sul-rio-grandenses se colocavam na época, isto é, como militante desta doutrina. A filosofia positivista, para Assis Brasil, servia apenas enquanto baliza teórica, assim como outras doutrinas e/ou pensadores dos quais ele se utilizava na formação de pensamento político e enquanto transformador da realidade social.

Desta maneira, para Assis Brasil, a rotina política seria a grande transformadora da realidade que rodeia o indivíduo. Todavia, esta rotina não deveria ser confundida com militância. Era necessário aos positivistas, assim como ele o possuía, um conhecimento profundo da “doutrina do imortal filósofo francês”, coisa que, em sua visão, as pessoas não o tinham, pois isto vinha com o tempo; com os estudos aprofundados.

Todavia, Assis Brasil não se colocava de forma contrária ao positivismo em si, mas à forma de aplicá-lo, a qual Júlio de Castilhos utilizou no RS e que levou, em seu compreender, a uma leitura deturpada das ideias de August Comte e, principalmente, a formação de uma ‘tábula rasa’ feita desta teoria.

Do mesmo modo observamos no excerto citado anteriormente que concernente à metodologia positivista de Comte, dizia Assis Brasil: “meu espírito sente-se inclinado a adotá-lo”. Entretanto, enquanto um método funcional para a “solução das questões”, a teoria positivista, entre outras, também esteve presente em seu pensamento político-social.

Destarte, consideramos que a teoria positivista foi utilizada por Assis Brasil, por exemplo, na formação da concepção de liberdade que ele trouxe em seus escritos. Ao procurar escapar do individualismo liberal baseado apenas no interesse privativo e misantropo de cada ser. Assim, este autor baseava-se na moral de Comte, na ênfase comteana na coletividade em detrimento do individualismo. (HOLLANDA, 2009, p. 227).

A campanha de Assis Brasil a presidência do estado

A campanha política de Assis Brasil à presidência do estado do Rio Grande do Sul se desenvolveu em torno de dois eixos temáticos centrais: impedir o que seria a quinta reeleição de Borges de Medeiros e a reforma na Constituição estadual. Seu paradigma de democracia representativa não condizia com o modelo positivista empregado no estado desde o início da República. Por democracia, entendia Assis Brasil o fato: “(...) de tomar um povo parte efetiva no estabelecimento das leis a que obedece e na nomeação dos funcionários que têm de executar-las e de administrar o interesse público.” (ASSIS BRASIL, 1893, p. 10).

Assis Brasil considerava elemento essencial de um sistema democrático o fato da população ser incluída na estrutura político-administrativo de uma localidade. Desta maneira, as leis, a criação de cargos públicos bem como a nomeação de funcionários e administradores públicos deveriam, obrigatoriamente, ser destinados ao interesse maior da população. Ademais, deveria existir, segundo sua concepção política, uma contrapartida em relação ao *habitus* político do cidadão-eleitor ao do político, pois o destino de uma nação se refletiria, diretamente, na maneira a qual seu povo participava do processo político-eleitoral.

Dizem que cada povo tem o governo que merece. Admito o conceito, como profundamente verdadeiro, mas só em relação aos povos democráticos. Estes são os únicos que têm o bem ou o mal feito por suas próprias mãos, os outros podem ser felizes, ou desgraçados, por obra de estranho. Cabe aqui esclarecer que eu considero mais ou menos democrático um povo, segundo ele influi mais ou menos nos próprios destinos, ainda que haja no maior desse povo, não à sua frente, alguma testa coroada. Sou republicano, em princípio, por entender que é na república que a democracia se realiza melhor, e especialmente no Brasil, que felizmente não tem condições senão para essa forma de governo. (ASSIS BRASIL, 1893, p. 66, 67).

Embora o povo tivesse papel importante nos destinos da nação, quer ela fosse democrática ou uma ditadura, devemos destacar aqui a maneira pela qual Assis Brasil formou sua concepção de “povo”. Para ele, não havia uma concepção ideal do povo. Tampouco, em seu conservadorismo e como observamos no excerto citado, apresentava este grupo enquanto grande responsável pelo sucesso ou insucesso da nação. Este resultado, em seu entender, caberia muito mais às ingerências tanto do Estado quanto dos seus homens públicos. “A liberdade e as suas garantias”, afiançava ele, “devem estar na lei. Só os povos atrasados ou decadentes se prestam a depender da boa ou má vontade de

indivíduos, seja qual for o nome ou a aparência com que se queira cobrir o poder despótico.” (ASSIS BRASIL, 1908, p. 81).

Na visão assistista então, não teria lugar para o surgimento de heróis nacionais capazes de resolverem os problemas de uma nação; quer fossem eles de ordem política, social, econômica ou até mesmo religiosa, pois para ele, a ideia de “(...) grandes homens nos vêm por contraposição à de grande povo. Não são os homens que são grandes; é o povo que é pequeno.” (ASSIS BRASIL, 1896, p. 277).

Assim, em qualquer Estado democrático, a democracia adviria do povo, contudo, não seria exercida por ele: “O governo nasce do povo, mas não é exercido por ele. É um fenômeno corrente, que qualquer [pessoa] pode descobrir, mediante alguma observação e meditação, que quanto mais eminente e eficaz é a influência de uma autoridade, tanto menos ela governa diretamente.” (ASSIS BRASIL, 1908, p. 27).

Mas então, qual seria o papel que o “povo” ocuparia enquanto agente político nos escritos de Assis Brasil? Para este autor, sua participação se daria de forma indireta, na “nomeação dos funcionários que executava e administrava o interesse público.”¹⁹.

Apresentando um ideal elitista em seus discursos, Assis Brasil considerava que não caberia a aos populares governar. A governança de um país caberia a um grupo e não ao povo.

A realidade sobre a direção social é que cada povo é governado, ou dirigido, por uma minoria inteligente. O que importa saber é se essa minoria inteligente por si mesma, por algum meio ilusório de nomeação popular, ou por legítima representação do povo. Importa ainda saber como opera essa minoria direta, se enfeixando os poderes em uma só autoridade ou dividindo as funções de modo a evitar o desequilíbrio pelo crescimento exagerado de um órgão com o aniquilamento dos outros. (ASSIS BRASIL, 1908, p. 30).

Se a concepção de democracia estava no conjunto das leis criadas por uma população e em seus funcionários, cairíamos, assim, diretamente no segundo ponto o qual Assis Brasil tanto criticou nos políticos Castilhistas-Borgistas sul-rio-grandenses e na constituição de suas leis para o estado. Principalmente no que tange a lei magna: a Constituição estadual de caráter positivista.

Em sua concepção sobre as leis, considerava que elas eram o ‘espelho’ de uma sociedade. Enquanto tal, todas elas deveriam refletir valores: morais, ético, políticos ou

¹⁹ Esta ideia de participação indireta do povo que se daria no processo democrático, se repete nos escritos de Assis Brasil. Ver, por exemplo, (ASSIS BRASIL, 1908, p. 28, 29), (ASSIS BRASIL, 1893, p. 10).

sociais de um povo. Por conseguinte, as leis de uma localidade, quer fossem moderna, quer fossem atrasadas, deveriam acompanhar sempre seu estado de desenvolvimento.

O progresso é condição comum a todas as sociedades, tanto às aperfeiçoadas em civilização, como às que se encontram ainda nas primeiras escalas, e as leis têm de acompanhar sempre, senão na letra, ao menos na aplicação, cada modalidade do corpo social. Nas sociedades bem constituídas, as leis conservam mais a forma e mudam mais a essência do que nas sociedades atrasadas. Ideal de uma boa constituição política seria aquela que, suprimindo a intermitência das reformas mais ou menos pacíficas, acompanhadas sempre de movimentos febris do corpo nacional, permitisse o trabalho surdo e invisível da evolução em plena liberdade. (ASSIS BRASIL, 1896, p. 25).

Se a lei de uma localidade deveria, necessariamente, refletir valores de uma sociedade como um todo, ela não poderia, para Assis Brasil, representar valores ou ideologia apenas de um grupo. Não era por questões familiares ou apenas econômica que este político empenhou todo seu capital político e social contrariamente ao PRR nos anos iniciais de década de 1920. Principalmente no que tange à Constituição estadual, realizada por Júlio de Castilhos.

Desde o início do período republicano e, em consequência, ao estabelecimento de uma nova Constituição no Rio Grande do Sul, Assis Brasil, sempre se colocou de forma contrária a ela. Entretanto, é preciso matizar sua oposição à Constituição sul-rio-grandense, uma vez que, para ele, o problema democrático de uma localidade consistia não na lei em si, mas sim na maneira de executá-la.

Ademais, as leis, enquanto reflexos de uma época, são momentâneas, representam valores de sua atmosfera político-social do instante em que foram criadas. Assim, a Constituição do RS não foi diferente, visto que ela. Realmente, Cidadãos, em todos os sistemas políticos, sob todas as constituições e mesmo na ausência de toda constituição (que é virtualmente o nosso caso) pode haver alguma mudança para melhor: mudam-se os tempos, mudam-se os homens, a própria fadiga adormece as paixões e permite aos governantes o indispensável repouso para alguma ação útil – o progresso, enfim, que é a lei universal, acaba por cumprir-se. (ASSIS BRASIL, 1908, p. 17).

O que Assis Brasil, então, propunha era uma modificação, em alguns pontos, da Constituição do RS os quais iam de encontro ao que ele considerava “universalmente admitido” (ASSIS BRASIL, 1908, p. 70) que era um estado liberal-democrático.

Devido a seu posicionamento político, ele não propunha a total transformação das leis de seu estado. Em sua concepção de democracia, apenas os ditadores queriam uma total modificação das leis. O que ele reivindicava, então, era um revisionismo nos pontos que considerava não democrático.

Pelo que foi dito se torna bem claro que o *nosso revisionismo não é destruidor, mas conservador*, segundo a fórmula do filósofo francês que tem servido de pretexto aos nossos ditatoriais para tanta coisa pouco filosófica – conservar melhorando. E isto é o próprio Código da Democracia. São os seguidores da Ditadura que devem querer reforma-la profundamente, com espírito hostil, de modo que a reforma corresponda a obra nova. (ASSIS BRASIL, 1908, p. 60. Grifo nosso).

O que ele pretendia era um “revisionismo conservador” nas leis do RS, no sentido de alinhá-la à lei Federal, desta maneira, o estado ficaria livre do que ele chamava de “terror branco”. (ASSIS BRASIL, 1908, p. 105). Por terror branco Assis Brasil compreendia um estado ditatorial, no qual vivia seus últimos momentos antes de sua derrocada; um momento de crise aguda em uma ditadura constitucional que estava próxima de seu fim.

Realmente, Cidadãos, boa ou má a Constituição do Rio Grande, *é nosso dever obedecer a ela, enquanto não for sub-rogada por meio legítimo*. A virtude mais necessária na *República é a obediência à lei*, embora tal obediência não exclua a crítica da mesma lei e todos os esforços de quem com ela não concordar para obter a sua reforma ou abolição. Persistamos nestes austeros princípios, confiemos na força da opinião em que não confiam os ditatoriais, discutamos, critiquemos, mostremos os vícios do regime e as excelências do que propomos em lugar dele, e, se tivermos razão, como supomos, a transformação salutar há de dar-se aqui, como em toda a parte. Nos nossos tempos, como em todas as épocas a Ditadura republicana há de cair como caiu a Monarquia. (ASSIS BRASIL, 1908, p. 107).

Assis Brasil, embora não concordasse com a Constituição do seu estado, defendia a ordem enquanto mecanismo de combate ao que ele compreendia enquanto ditadura. A melhor maneira para revoga-la seria, ainda que isto se tornasse mais difícil, sob a sombra da ditadura, “criticando”, mas “obedecendo”. Era necessário combater o seu mal dentro de seus limites; de sua relativa liberdade de contestação que a própria lei estabelecia.

Observe que Assis Brasil, em seu *habitus*, defendia um processo de *evolução sem revolução*. Isto, porém, não quer dizer que ele fosse contrário à tomada de armas, quando necessário, para alcançar certos objetivos democráticos. Em sua compreensão, o cidadão teria todo o direito de se defender de um Estado tirano por meio de armas. Assim, a revolução era, da mesma forma, um meio legítimo de se chegar à democracia.

(...) os conflitos propriamente constitucionais podem *todos* encontrar solução legal e pacífica nos instrumentos que a situação presidencial pode oferecer, como em outras páginas desta obra fiz ver., mas, quando o chefe do estado cometer a brutalidade de declarar cessante a lei e vigente apenas a sua vontade, tem abdicado a autoridade que a nação lhe delegou, e esta assume o verdadeiro direito de desalojá-lo pela força. (ASSIS BRASIL, 1896, p. 357).

Em casos específicos tornava-se legítima à população o uso de armas contra o líder autoritário. Este excerto torna-se importante, pois, em nosso entender, representa uma clara demonstração do ideal conservador-liberal defendido por Assis Brasil.

Nenhuma constituição produzirá, pela sua própria força revoluções, nem violências de qualquer ordem, se os homens que exercerem o poder estiverem suficientemente aperfeiçoados para evitarem rompimentos, transigindo mutuamente e sabendo amar a pátria ao ponto de sacrificarem os seus caprichos à consideração do sossego público (...) As leis que os homens fazem não são infalíveis, e nenhum melhor critério haveria para muda-las do que um fato desta ordem.

Entretanto, as revoluções, sem deixarem de ser incidente sempre possível na vida dos povos, não podem desgraçadamente ser regulamentadas. É preciso, por um lado, reconhecer o direito que o povo tem a fazê-las, e emudecer diante das hipóteses legais em que elas se devem produzir. É um dos pontos fracos do limitado engenho humano. (ASSIS BRASIL, 1896, p. 359).

Enquanto direito legítimo a todos os cidadãos, em casos extremos, era perfeitamente compreensível o uso da força por parte dos populares contra os governos tiranos. Esta postura de Assis Brasil nos ajuda a compreender, assim, o conflito armado, em 1923, no RS que resultou no acordo de Pedras Altas.

As “novas” propostas oposicionistas

Em sua forma de agir politicamente, Assis Brasil tinha, no partido político, o agente transformador social. Coerente com seus ideais, em sua campanha eleitoral, em 1922, defendia valores já apresentados a seus concidadãos em sua “Democracia representativa”, publicado originalmente em 1893.

Para Assis Brasil, os partidos políticos representavam posicionamentos ideológicos e, por isto, não deveria agregar elementos cujo ideal era distinto. Assim, ele afirmou:

Politicamente é imoralidade reunirem-se indivíduos de credo diverso com o fim de conquistarem o poder, repartindo depois, como coisa vil, o objeto da cobiçada vitória. É, entretanto, a esta imoralidade que continuamente vemos lançados homens públicos contra cujo caráter, até então nada se poderia levantar. (ASSIS BRASIL, 1893, p. 97).

Na ótica de Assis Brasil, as coligações partidárias em si, são imorais e negativas por isso “(...) funestas, na administração, se conseguem triunfar. (...) a nação terá ao princípio um mau governo, e depois o desgoverno.” (ASSIS BRASIL, 1893, p. 98, 99).

Ciente das divergências ideológicas as quais seu grupo de oposição sofria na

disputa à presidência estadual contra Borges de Medeiros, as propostas para um possível governo de Assis Brasil, caso ocorresse uma vitória dele nas eleições de 1922, por se tratar de grupos políticos tão discordes, diziam respeito aos problemas mais gerais pelos quais o estado do Rio Grande do Sul passava na época.

Devido a uma crise econômica dos agropecuaristas, os oposicionistas defendiam medidas que visassem contemplar os interesses de setores político-econômicos importantes que não eram contemplados pelo governo do PRR. Suas propostas, então, ao desenvolvimento da produtividade agrícola e da indústria pastoril, como “carro chefe” da economia do estado, visavam atender a este importante setor da sociedade que se considerava esquecido pelo governo.²⁰

O setor agrícola, como observamos, correspondia a um importante segmento da sociedade o qual Assis Brasil procurou cooptá-lo trazendo para seu lado por meio de seus discursos políticos²¹. À época, muitos consideravam seu estado natal enquanto ‘celeiro nacional’. Assim, não seria possível ignorar importante setor da sociedade.

Em contrapartida, se o setor agrícola, cada vez mais ganhava relevo tanto no cenário estadual quanto no federal, em uma situação oposta ao setor agrícola, a produção pastoril, principalmente a ligada ao charque, que no início do período republicano apresentava-se enquanto um produto que fomentava a economia estadual, ia se estagnando ou, quando não se mostrava insuficientemente capaz de conquistar novos espaços econômicos com a ascensão de outros produtos. (FONSECA, 1983, p. 57).

²⁰ Sobre a situação agrícola do estado do RS no início da década de 1920, o economista Pedro Cezar Dutra Fonseca, em seu livro “RS: economia & conflitos políticos na República Velha”, fez a seguinte afirmação: “Durante a República Velha, o Rio Grande aparece com destaque na produção agrícola, dentro do cenário nacional (...) Pelo Censo de 1920 constata-se a significativa produção agrícola gaúcha em termos nacionais. É o primeiro produtor nacional de trigo, batata-inglesa, participando, respectivamente, com 42,9% e 96,1% do total das quantidades produzidas no país. Ocupa, também a segunda posição na produção de fumo e o terceiro lugar em arroz, feijão e milho. Em produtos que dependem basicamente da atividade agrícola, também a posição é destacada: é o primeiro na produção de vinhos (com 91,4% do total da produção brasileira) e em aguardente (excluída a de cana); é o segundo colocado na produção de farinha de mandioca, produto que tem relativo significado na pauta de exportações. É também o primeiro na produção de mel e cera.” (FONSECA, 1983, p. 90).

²¹ Não queremos dizer aqui que a questão agrícola entrou na pauta dos opositores ao PRR apenas na campanha eleitoral de 1922. Assis Brasil, desde o início da República, produzia textos os quais apontavam a importância do setor tanto à economia estadual quanto à nacional. Entre seus textos que tiveram grande importância, que estão relacionados à temática rural podemos citar: “Sociedade para animação da agricultura”, publicado em 1895; “Cultura dos campos”, publicado inicialmente em 1898; “A vida do campo e a reforma rural”, publicado em 1917, entre outros. A temática agrícola esteve muito presente na vida de Assis Brasil e, exemplo desta importância, é que ele se tornou Ministro da Agricultura nos anos iniciais da Era Vargas, entre 18 de novembro de 1930 e 22 de dezembro de 1932. Estes e outros textos podem ser encontrados em (ASSIS BRASIL, 1989, vol. 3).

Destarte, para o grupo ligado a Assis Brasil, o problema agrícola deveria ser tratado pelo governo estadual enquanto um problema prioritário. Não era possível, assim, deixar de lado ou como segundo plano setor tão importante da sociedade, como afirma o oposicionista Carlos Correa, em artigo publicado no jornal *Correio do Povo*, em dezembro de 1921.

(...) a importância que tem a pecuária na vitalidade do nosso estado, as atenções e a proteção a que tem absoluto e preferencial direito nos momentos difíceis (...) verificamos pela sua contribuição de 63,9% para o total da exportação geral do estado (...) É a pecuária a que mais produz, e, portanto, justamente, logicamente, obrigatoriamente, deve ser a mais bem amparada porque a sua ruína ou a sua miséria poderão comprometer seriamente o equilíbrio do Estado. (Apud. ANTONACCI, 1981, p. 90).

A causa desta crise econômica a qual o setor agrícola passava, para Assis Brasil, não se restringia apenas à política econômica desenvolvida no Rio Grande do Sul por Borges de Medeiros. O problema era, complexo e, por isto, a solução encaminhada contemplaria não apenas a questão econômica, mas também a política no sentido de se criar um regime administrativo que englobasse também instrução e ensino técnico profissionalizante do agricultor, tratamento igualitário do agricultor brasileiro, semelhante ao dispensado ao colono estrangeiro e, por fim, desenvolvimento de crédito agrícola. (ANTONACCI, 1981, p. 91).

No que tange a estes três pontos aqui mencionados, Assis Brasil, em discurso do Partido Republicano Democrático, em 1908, apresentava nas diretrizes deste partido seu posicionamento político acerca dos problemas que, mais tarde, voltariam em seus discursos oposicionistas ao PRR²².

Sobre a questão do imigrante, em geral, branco, descendente de alemães e italianos, vir para o Brasil e, especificamente ao Rio Grande do Sul, Assis Brasil considerava importante ampará-lo em sua chegada ao estado, pois muitos deles não tinham base em suas origens. Ademais, era necessário apoiá-lo na difícil adaptação às condições adversas às quais enfrentariam em um país diferente.

Não basta trazer gente; é preciso que o Governo evite a decepção do contraste que o imigrante pode deparar entre a nossa realidade e as lindas fotografuras dos folhetos de propaganda; é preciso preparar o conforto do recém-chegado e oferecer-lhe as garantias com que ele conta; é preciso ainda distinguir entre o

²² Assis Brasil também tratou destes temas em artigo intitulado “A vida do campo e a reforma rural”, publicado em 1917, em conferência realizada em Belo Horizonte e reeditada pelo Secretário dos Negócios do Interior do estado de São Paulo para serem lidos nas escolas públicas estaduais. Este texto pode ser encontrado em: (ASSIS BRASIL, 1989, p. 435-457. Vol. 3).

verdadeiro colono e o operário instável, afim de não fazer indistintamente os mesmos sacrifícios a ambos. (ASSIS BRASIL, 1908, p. 127)²³.

Nas propostas de Assis Brasil seria necessário assistir ao imigrante. Tal assistência, todavia, deveria se dar de maneiras distintas a este grupo. Se por um lado deveria haver uma separação na forma de como tratar o imigrante distinguindo o “verdadeiro colono” do “operário instável”, esta distinção não deveria ocorrer na maneira de tratar o imigrante distinto do colono nacional. Este, para Assis Brasil, deveria receber os mesmos benefícios dados por parte do governo àqueles.

É preciso dar abastança, bem estar, conforto ao colono nacional, seja ele descendente de brasileiros ou de estrangeiros, afim de que ele produza na maior intensidade não somente a riqueza que se extrai das entranhas da terra, mas, e principalmente, essa outra muito mais apreciável, mais nobre e mais necessária à glória da Pátria – a riqueza em que se desentranha diretamente a própria humanidade – a prole que há de perpetua-la através dos séculos. (ASSIS BRASIL, 1908, p. 128).

É preciso dar as condições necessárias, ainda que mínimas que fossem, para que houvesse o desenvolvimento do subcampo econômico ligado à agricultura. O agricultor, enquanto extrator das maiores riquezas do solo, ao mesmo tempo em que desenvolvia a nação levaria também o progresso pátrio ao perpetuar sua prole ligada, principalmente, ao solo. “Assim como nem todo imigrante é colono também nem todo colono é imigrante. O nacional pode ser, e é, efetivamente, em muitos casos, um colono, quer no sentido de ser um povoador e desbravador da terra inculta, quer no de habitar as colônias já organizadas e dedicar-se nelas à atividade ordinária das mesmas.” (ASSIS BRASIL, 1908, p. 127, 128).

Desta maneira, para Assis Brasil, tanto o imigrante que se dedicaria à vida no campo como o colono nacional, mas principalmente este, deveria ter apoio governamental enquanto principal elemento de progresso e riqueza nacional. O segundo ponto desenvolvido em campanha por Assis Brasil, a educação, ocupou no projeto político assista importante papel modernizador ao mesmo tempo em que gerava o desenvolvimento dos populares. Portanto, caberia aos governantes estabelecidos pelo povo, “(...) trabalhar no desenvolvimento da EDUCAÇÃO E RIQUEZA da comunidade.” (ASSIS BRASIL, 1908, p. 149. Ênfase no Original).

A educação pública estadual contava com um quadro desesperador, segundo Assis Brasil. À época, a população crescia, mas os investimentos gastos na educação

²³ Embora a política migratória seja uma temática importante, não temos por objetivo tratar especificamente desta questão, pois se assim o fizéssemos teríamos de realizar outro trabalho que, infelizmente, a dinâmica de um artigo não comporta.

permaneceram o mesmo. Ademais, para completar um verdadeiro quadro sombrio, o estado do RS contava com uma verba “(...) escassa e mal distribuída; professorado incompleto, mal pago e encerrando notável percentagem de incompetentes; nomeados ou conservados por conveniência partidária; escolas mal distribuídas e mal alojadas.” (ASSIS BRASIL, 1908, p. 159).

Enquanto proposta educacional para o estado do Rio Grande do Sul, Assis Brasil defendia um investimento na medida em que não houvesse melhoras educacionais. A partir daí, mediante o avanço nos quadros educacionais, o valor investido poderia ser diminuído. Outro aspecto importante desenvolvido na campanha pela presidência de seu estado por ele e que estava contido nas propostas do Partido Republicano Democrático, era o investimento no ensino técnico-agrícola. Com investimentos na criação de ensino técnico voltado à agricultura, os investimentos retornariam em maior produtividade.

A nossa terra só espera o braço inteligente para revelar os tesouros que encerra no seio inesgotável. Por isso o nosso projeto de programa especialmente o ensino agrícola e o das indústrias rurais. A população da campanha, que é a mais numerosa e a mais genuinamente rio-grandense, é atualmente a que menos produz e menos consome. Criam-se escolas práticas e estações agrícolas experimentais nas várias regiões do Estado; mandem-se professores ambulantes, com o seu respectivo trem de instrumentos oratórios e outros, que se demorem o tempo conveniente em casa localidade (...) bastará para produzir muito melhor messe que o mais estrondoso triunfo eleitoral obtido à custa da coação de uns para que votem e da maior parte que não votem. (ASSIS BRASIL, 1908, p. 161).

Por fim, o terceiro ponto da campanha assisista diz respeito a questão de imposto. Para Assis Brasil, a natureza dos impostos era político, pois como ele mesmo afirmava: “(...) um imposto é tanto mais político quanto mais fácil for a sua arrecadação e quanto menos embaraçar a prosperidade da riqueza pública.” (ASSIS BRASIL, 1908, p. 144).

Embora fosse importante e necessário deveria haver um cuidado em sua implementação, porquanto a cobrança de impostos em gêneros essenciais, como alimentação e em produtos industrializados deveriam ser cobrados o mínimo possível. Ao passo que os impostos de outros produtos poderiam ser cobrados com mais ênfase, porém, sempre com o cuidado para não aumentar os custos de vida do trabalhador sul-rio-grandense.

Assim, desta exposição por nós realizada, observamos que as propostas assisistas contrárias aos governos do PRR realizadas no estado do RS apresentavam um caráter conservador-liberal. Estes princípios foram apresentados por Assis Brasil ainda no início da República e defendidos por este político ao longo de toda a Primeira República. No início da

década de 1920, eles voltaram à baila enquanto argumentação contrária às medidas políticas do PRR e ao governo de Borges de Medeiros.

Considerações finais

Não diferente de outros estados brasileiros, no Rio Grande do Sul, durante toda a Primeira República, grupos oposicionistas ao PRR e a Borges de Medeiros articularam-se no sentido de fazerem frente ao presidente estadual. À época, os dois principais pontos políticos nos quais os oposicionistas do governo estadual reivindicavam mudanças eram: a reeleição ininterrupta do chefe do Executivo estadual e a Constituição estadual, que tinha forte influência positivista.

No sentido de destituir do poder Borges de Medeiros junto a seu partido que estava há mais de três décadas na presidência do estado sul-rio-grandense, consolidou-se, em nome de Assis Brasil, um projeto político oposicionista que, em princípio, tinha como sua maior tarefa coadunar os grupos opositores em torno de seu nome no sentido de se fortalecerem politicamente em oposição ao grupo situacionista.

Uma vez superada esta etapa, Assis Brasil procurou sistematizar suas ações políticas em torno de um projeto político conservador no sentido de abarcar as grandes diferenças políticas existentes entre ele e seus aliados políticos que se colocavam contrários aos castilhistas. Neste sentido, seu projeto político, em linhas gerais, não se diferenciava sobremaneira do grupo situacionista.

Assis Brasil, fiel a seus princípios políticos na disputa presidencial ocorrida no estado do Rio Grande do Sul, em 1922, retomou muitos dos valores por ele defendidos ainda no final do século XIX e início do XX. Tais princípios, embora se diferenciassem em alguns pontos das propostas políticas do PRR de Borges de Medeiros, tinha uma mesma matriz: conservador-liberal.

Referências

ANTONACCI, Maria Antonieta. *RS: as oposições & a revolução de 1923*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco de. *Democracia representativa: do voto e da maneira de votar*. Rio de Janeiro: Typ. De G. Leuzinger & Filhos, 1893.

ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco de. *Do governo presidencial na república brasileira*. Lisboa: Editora Companhia Nacional, 1896.

ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco de. *Dictadura, parlamentarismo, democracia*: (Discurso pronunciado no Congresso do Partido Republicano Democrático, aberto a 20 de setembro de 1908, na cidade de Santa Maria). Porto Alegre: L. P. Barcellos & Cia. e Livraria do Globo, 1908.

ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco de. Carta do Dr. Assis Brasil ao General Setembrino de Carvalho. In: FERREIRA FILHO, Artur. *Revolução de 1923*. Porto Alegre: Dep. de Imprensa Oficial do Estado, 1973. p. 125-126.

ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco de. *Ideias políticas de Assis Brasil*. Org. de Paulo Brossard. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1989. vol. 3.

ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco de. *Joaquim Francisco de Assis Brasil: perfil biográfico e discursos (1857-1938) organização (pesquisa documental/iconográfica e texto) Carmen Aita*. – Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2006.

BERTOL, Silvia. *Quem faz caso de estudantes?: um estudo da participação política do Bloco Acadêmico Castilhistas*. 1993, 154f. Dissertação (Mestrado em História) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS, Porto Alegre, 1993.

BOURDIEU, Pierre. "O campo político". *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 5. Brasília, janeiro-julho de 2011. p. 193-216.

FAUSTO, Boris. Pequenos ensaios de história da república: 1889-1945. *Cadernos CEBRAP*, n. 10, 1972. <site: <http://www.cebrap.org.br/v2/items/view/205>>. Acessado em 16/08/2014 às 22h31.

FERREIRA FILHO, Artur. *Revolução de 1923*. Porto Alegre: Dep. de Imprensa Oficial do Estado, 1973.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A reação republicana e a crise política dos anos 20. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: vol. 6, nº 11, 1993. p. 9-23.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *RS: economia & conflitos políticos na República Velha*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

HOLLANDA, Cristina Buarque de. *Modos da representação política: o experimento da Primeira República brasileira*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2009.

JUVENAL, Amaro [1915]. *Antônio Chimango: poemete campestre*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1999.

LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

OSÓRIO, Joaquim Luís [1930]. *Partidos políticos no Rio Grande do Sul*: período republicano. Porto Alegre: Assembleia Legislativa, 1992.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. República Velha gaúcha: “Estado autoritário e economia”. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (Org.). *RS: economia & sociedade*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993. p. 193-228.

ROCHA, Artheniza Weinmann. *J. F. de Assis Brasil*: interpretações. Santa Maria: Ed. UFSM, 1995.

SÁ, Mem de. *A politização do Rio Grande*. Porto Alegre: Tabajara, 1973.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. O processo político-partidário na Primeira República. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Brasil em perspectiva*. 13ª ed. São Paulo: Difel, 1982. p. 162-226.

TRINDADE, Hégio Henrique Casses. Aspectos políticos do sistema partidário republicano rio-grandense (1882-1937): da confrontação autoritário-liberal à implosão da aliança político-revolucionário de 1930. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (Org.). *RS: economia & sociedade*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993. p. 119-192.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *Teatro das oligarquias*: uma revisão da “política do café com leite”. 2ª ed. Belo Horizonte: Fino Trato, 2012.

Recebido: 23/04/2015

Aprovado: 02/07/2015